

PRINCIPAIS ENTREGAS

20
23

Ministério dos Direitos
Humanos e da Cidadania

MDHC

www.gov.br/mdh

Todas as pessoas importam e são valiosas para nós

Sumário

1. Recomposição orçamentária	6
2. Caravanas dos Direitos Humanos	7
3. Retomada do Diálogo e Participação Social	23
4. Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes	36
5. Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência.....	41
6. Ações do MDHC para a População em Situação de Rua	47
7. Defesa e Promoção dos Direitos das Pessoas Idosas pelo MDHC.....	55
8. População LGBTQIA+	59
9. Memória e Verdade	63
11. A retomada do Brasil no cenário internacional dos Direitos Humanos.....	69
12. Cidadania Marajó	80
13. Observa DH	83
14. Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos • Disque 100.....	86
15. Enfrentamento à crise na Terra Indígena Yanomami	91
16. Enfrentamento ao Discurso de Ódio	95
17. EquipaDH+	98



Introdução

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) está oferecendo ao povo brasileiro, sob a liderança do presidente Lula, uma nova direção para as políticas de direitos humanos. No período de 2019 a 2022, o revisionismo do significado histórico e civilizatório dos direitos humanos, a restrição à participação social e a baixa execução orçamentária foram a tônica da gestão da política de direitos humanos. O então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) pautou sua atuação na negligência de populações vulnerabilizadas, na negação da existência de graves violações a direitos e no desmonte de políticas públicas arduamente conquistadas.

O atual Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, por sua vez, tem trabalhado incessantemente para reverter esse quadro, incluindo a sua própria reestruturação, a fim de viabilizar a efetiva promoção e defesa dos direitos humanos e a garantia da cidadania no Brasil. A mudança da política de direitos humanos tem como objetivo disputar a noção de direitos humanos que foi capturada pela extrema-direita que ascendeu no Brasil. Além da necessária dimensão do combate aos resquícios da ditadura, a visão de direitos humanos para esta nova



quadra deve incorporar os debates sobre os problemas cotidianos do povo brasileiro. Entre os temas discutidos estão a saúde, a educação, a assistência social, à proteção e o desenvolvimento. Assim, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania coloca-se como aquele que tem a competência de articular e executar políticas que assegurem a dignidade de grupos historicamente discriminados e que lhes dê acesso à cidadania.

O restabelecimento e fortalecimento de instâncias de participação social, a recomposição orçamentária e da força de trabalho do Ministério, a rearticulação das redes de promoção e defesa de direitos humanos e o aperfeiçoamento do Disque 100 estão entre os destaques das ações de reconstrução realizadas nos primeiros onze meses de gestão.

Dessa forma, este Relatório apresenta as principais entregas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania em seu esforço de promover direitos e enfrentar todos os tipos de opressão com base em classe, raça, gênero, orientação sexual, deficiência, idade, dentre outros.

O tema dos direitos humanos é central no debate político mundial, porque se trata de redefinir quais as condições de considerar alguém como “humano”, e portanto, digno de continuar vivo, de poder se



alimentar, de ter a sua liberdade assegurada, de ter uma moradia e de não ser vítima de violência.

Em suas competências funcionais, o MDHC é responsável pela proteção e promoção de direitos dos seguintes grupos:

- Crianças e adolescentes
- Pessoas Idosas
- Pessoas com deficiência
- Pessoas em situação de rua
- Pessoas LGBTQIA+
- Pessoas ameaçadas ou vítimas de violência

Foram estruturadas quatro grandes diretrizes das políticas do MDHC:

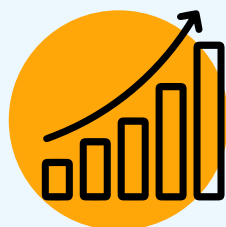
- Popularizar a comunicação em direitos humanos
- Fortalecer a educação em direitos humanos
- Fortalecer as redes de proteção e os instrumentos de promoção dos direitos humanos
- Criar, articular e promover, em conjunto com outros órgãos, políticas de cidadania a fim de que os direitos humanos se materializem em ações concretas para as pessoas que mais precisam de direitos humanos e de cidadania.

1. Recomposição orçamentária

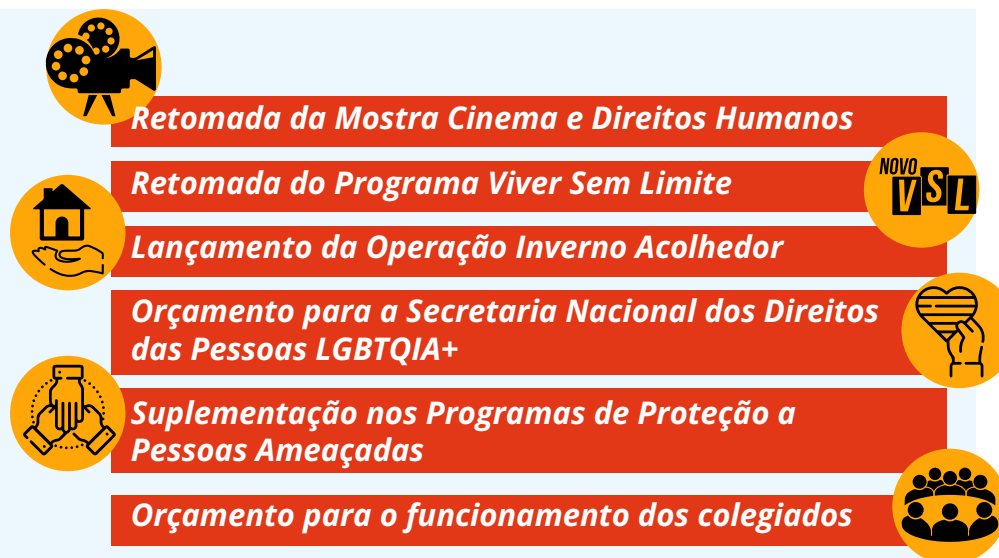
Comparação de Valores



Com relação à recomposição orçamentária destaca-se:



Suplementação de aproximadamente R\$ 36.000.000,00



2. Caravanas dos Direitos Humanos

O projeto das “Caravanas dos Direitos Humanos” surgiu após preocupação manifestada pelo presidente Lula quanto às condições do sistema carcerário brasileiro. O Supremo Tribunal Federal classificou a situação como “estado de coisas inconstitucional”, ao reconhecer que há violação massiva de direitos fundamentais das pessoas privadas de liberdade.

A iniciativa tem a proposta de percorrer os estados brasileiros para avaliar sistemáticas violações de direitos humanos no sistema penitenciário do país. O sistema socioeducativo foi inserido nas Caravanas por se tratar de parte essencial do problema e por ser o local onde estão crianças e adolescentes.

**Expectativa de visitar 17 unidades
até dezembro de 2023**

A partir da concepção do projeto, como o sistema prisional é de competência de vários Ministérios e de outros órgãos, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania iniciou uma série de conversas e mobilizações para tratar com seriedade esse problema tão complexo. Por exemplo, os ministérios da Justiça e Segurança Pública; da Saúde; do Trabalho e Emprego; além de entidades como o SEBRAE.

Até o momento já foram visitadas 12 unidades prisionais e a expectativa é que, até dezembro de 2023, sejam visitadas mais 5, totalizando 17 unidades visitadas no Brasil.

● ● ● ● ● ● ●

• • • •

● ● ● ●

● ●

Unidades com principais problemas apontados em decisões da Corte IDH:

Cronograma de visitas

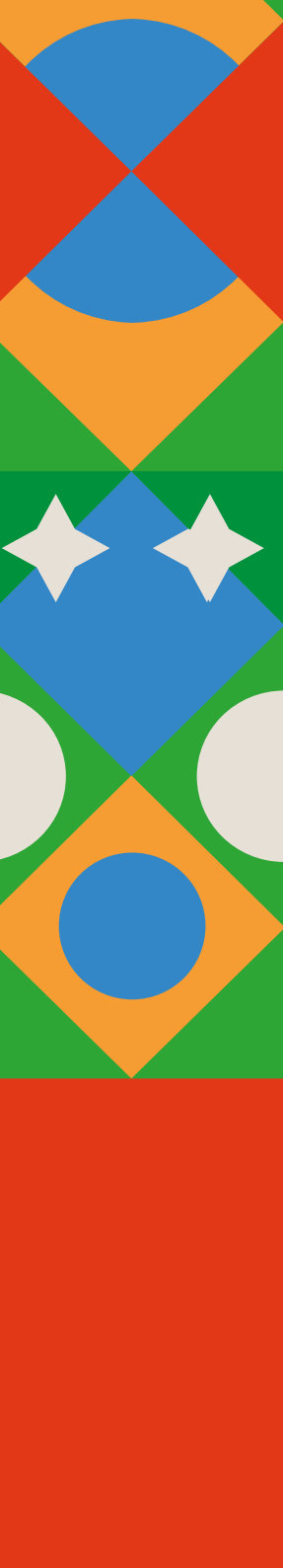
21 de agosto: Complexo de Cariacica - Vitória (ES) → 4 unidades de internação

16 a 18 de outubro: Complexo Penitenciário do Curado - Recife (PE) → 3 unidades prisionais;

17 e 18 de novembro: São Francisco, São Miguel, Dom Bosco, Patativa e Aldaci Barbosa → 5 unidades de internação

13 e 14 de dezembro: Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho, Penitenciária Evaristo de Moraes, Penitenciária Afredio Trajan e Cadeia Pública Jorge Santana - Rio de Janeiro (RJ) → 4 unidades prisionais

18 e 19 de dezembro : Presídio Central de Porto Alegre - Porto Alegre (RS) → 1 unidade prisional



Áreas já identificadas como críticas:

- A) saúde;
- B) alimentação;
- C) tortura e maus-tratos.

Diálogo com vários atores locais, nacionais e internacionais, trabalhadores do sistema prisional, pessoas em privação de liberdade, instituições, unidades da Federação, sistema de Justiça, Legislativo e sociedade civil.

Objetivo final:
Instituir plano conjunto nacional entre os governos federal e estaduais para implementar soluções para as sistemáticas violações e melhorias no sistema carcerário

Caravanas dos Direitos Humanos

O que já foi feito:



Início: Julho de 2023

Agendas preparatórias promovidas pelo ministro Silvio Almeida com:

- Defensoria Pública da União e Defensorias Públicas Estaduais
- Ministério da Justiça e da Segurança Pública
- Organismos Internacionais
- Sociedade Civil
- Diálogo com Unidades da Federação

Espírito Santo, Pernambuco, Rio de Janeiro e Ceará

Etapas das Caravanas já realizadas



Espírito Santo (ES)

21 de agosto de 2023

Ministro Silvio Almeida inicia Caravana dos Direitos Humanos com visita à unidade socioeducativa do ES

Titular do MDHC esteve na Unidade de Internação Socioeducativa (Unis), no Conjunto de Cariacica, Região Metropolitana da Grande Vitória, no dia 21 de agosto.

Espírito Santo (ES)

Entregas

- a. Assistência técnica ao Estado para atendimento adequado às adolescentes gestantes
- b. Projeto Piloto de Cuidado e Atenção à Saúde Mental
- c. Parceria com sistema S para o atendimento de adolescentes e inserção em programas de aprendizagem
- d. Entrega de 16 carros para renovação da frota de automóveis para o transporte humanizado de adolescentes, representando a cobertura de todo o sistema estadual
- e. Protocolo para atuação de agentes de segurança e uso de equipamentos de segurança
- f. Oferta de cursos para qualificação profissional de trabalhadores por meio da Escola Nacional da Socioeducação
- g. Reativação do Programa de Proteção a defensores de direitos humanos, comunicadores e ambientalistas estadual (PPDDH - ES)

Etapas das Caravanas já realizadas

As agendas na Unidade Socioeducativa de Cariacica (ES) incluíram:



Conversa com os adolescentes.



Assinatura de convênio entre o MDHC e o Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases) para aquisição de dez veículos, tipo SUV, para transporte humanizado de socioeducandos na ordem de **R\$ 1,6 milhão**.



Entrega de novos equipamentos para Conselhos Tutelares do estado no valor de **R\$ 546,9 mil**. Os anúncios incluem a destinação de quatro veículos para municípios capixabas, além de equipamentos como ar-condicionado portátil (10), computadores (25), impressoras (4) e televisores (5).



Etapas das Caravanas já realizadas



PE

Pernambuco (PE)

16 e 17 de outubro de 2023

Em Recife, MDHC dialoga com trabalhadores do sistema penitenciário em mais um itinerário da Caravana dos Direitos Humanos.

Em PE, ministro destaca responsabilidade compartilhada para enfrentar problemas do sistema prisional brasileiro:

Pernambuco (PE)

Entregas

- a. Redução progressiva da população prisional no Complexo do curado e melhoria da infra-estrutura
- b. Mutirão carcerário voltado à redução da população prisional, com enfoque nos presos provisórios
- c. Levantamento do número de presos que foram contemplados com o cômputo em dobro de pena, a fim de assegurar que o benefício seja gozado por todos que a ele têm direito
- d. Retomada do funcionamento do Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura de Pernambuco
- e. Aprimoramento da legislação estadual no que toca às condições de funcionamento do MEPCT-PE

Etapas das Caravanas já realizadas

Agendas no Complexo Penitenciário do Curado e na capital pernambucana incluíram:



Reunião com integrantes do sistema prisional de Pernambuco e da Força de Cooperação Penitenciária (Focopen), órgão ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que realiza treinamentos e capacitações para policiais penais.

Visita às unidades do Complexo Penitenciário do Curado, na Zona Oeste do estado pernambucano.

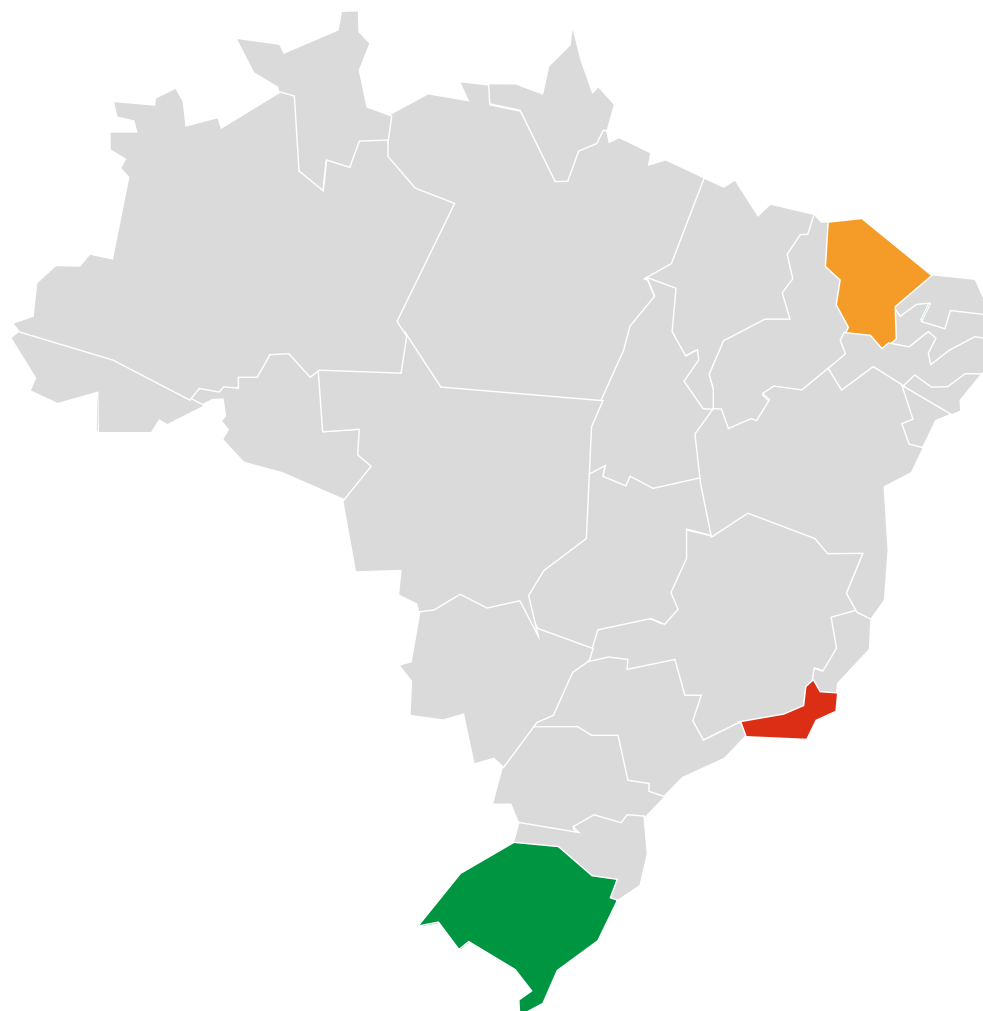


Reunião no Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE)



Diálogo com as mães de vítimas de violência policial

Próximas etapas:



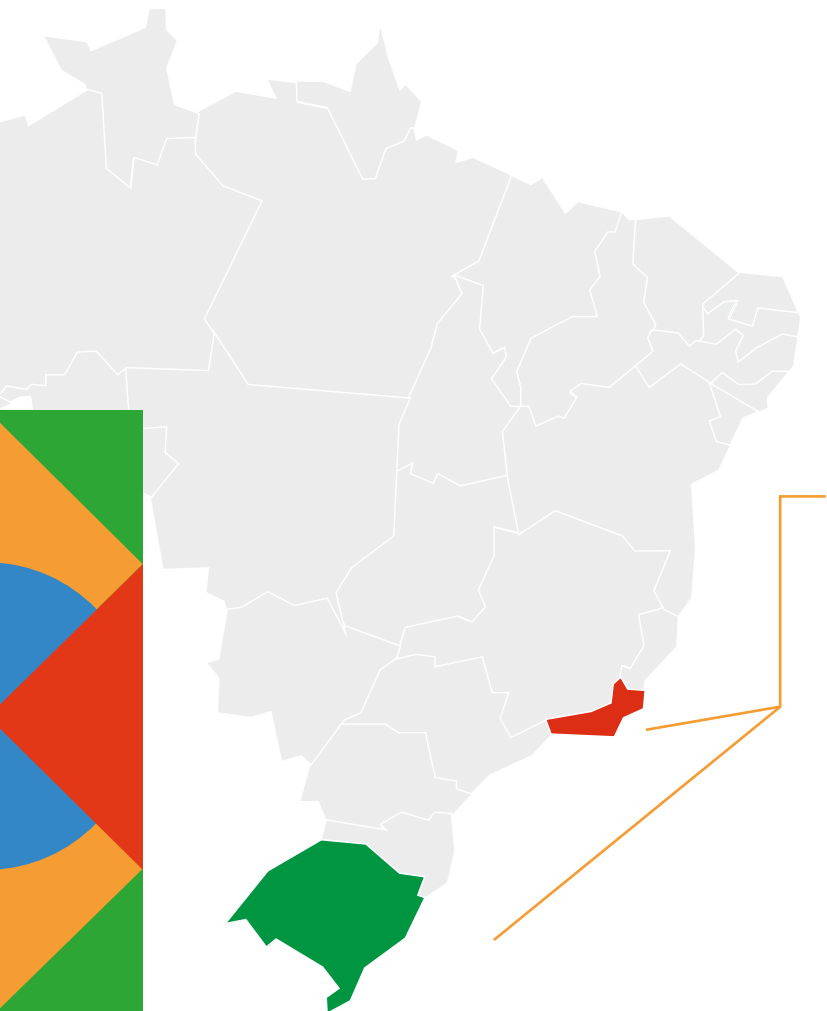
-  Ceará
-  Rio de Janeiro
-  Rio Grande do Sul

Entregas previstas

Caravana do Ceará

- a. Convênio para formação e letramento racial para trabalhadores e adolescentes em atendimento
- b. Construção de uma nova Unidade de Atendimento
- c. Oferta de cursos para qualificação profissional de trabalhadores por meio da Escola Nacional da Socioeducação

Observação: Outras entregas podem ser definidas após a realização das visitas.



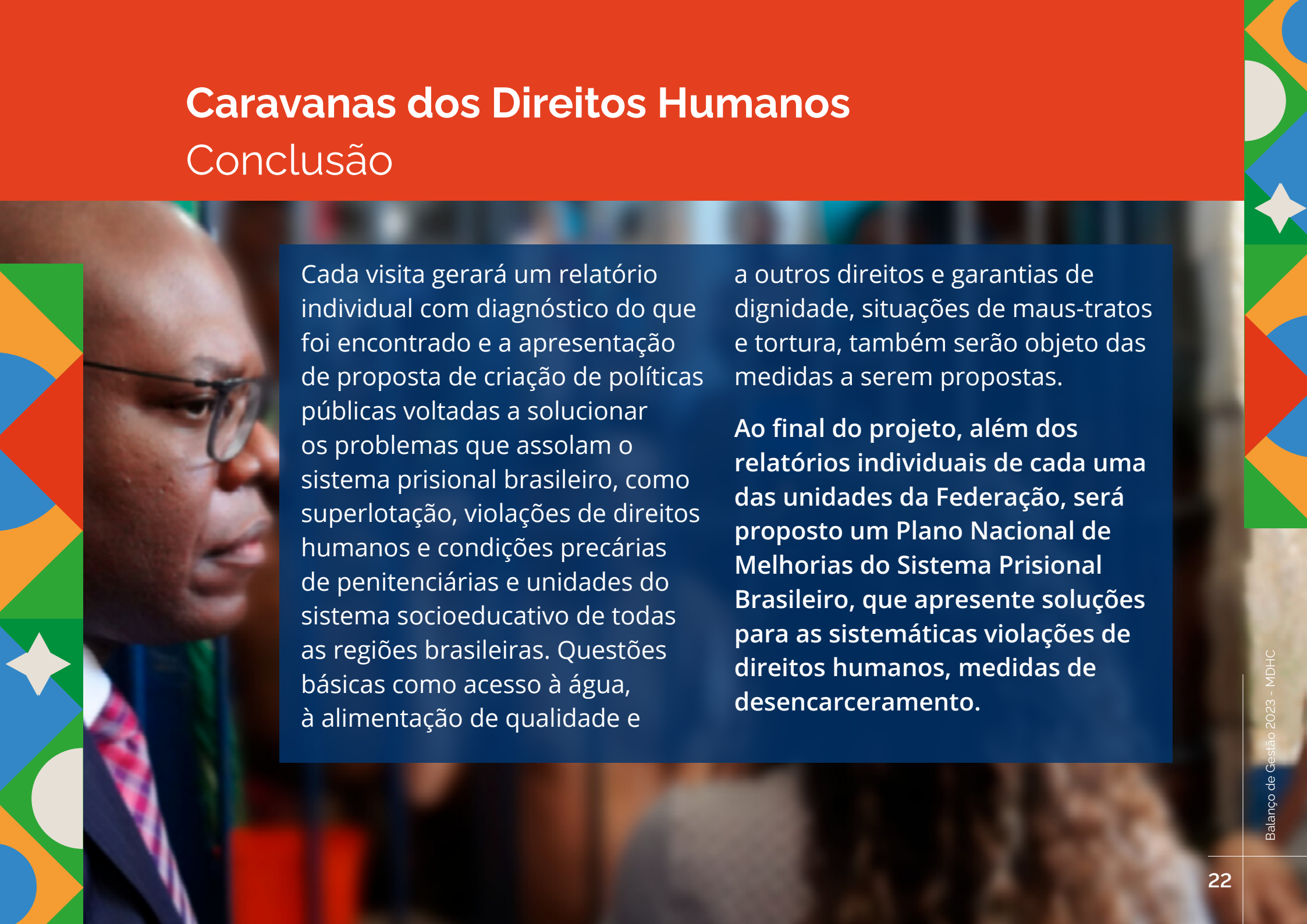
Entregas previstas

Caravanas do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul

A programação da Caravana aos estados do Rio de Janeiro e do Ceará ainda está sendo pactuada. No tocante ao Rio de Janeiro, já foi realizada uma visita preliminar ao Estado no dia 31 de outubro em caráter preparatório.

Caravanas dos Direitos Humanos

Conclusão



Cada visita gerará um relatório individual com diagnóstico do que foi encontrado e a apresentação de proposta de criação de políticas públicas voltadas a solucionar os problemas que assolam o sistema prisional brasileiro, como superlotação, violações de direitos humanos e condições precárias de penitenciárias e unidades do sistema socioeducativo de todas as regiões brasileiras. Questões básicas como acesso à água, à alimentação de qualidade e

a outros direitos e garantias de dignidade, situações de maus-tratos e tortura, também serão objeto das medidas a serem propostas.

Ao final do projeto, além dos relatórios individuais de cada uma das unidades da Federação, será proposto um Plano Nacional de Melhorias do Sistema Prisional Brasileiro, que apresente soluções para as sistemáticas violações de direitos humanos, medidas de desencarceramento.

3. Retomada do Diálogo e Participação Social

O diálogo com a sociedade, especialmente com organizações e movimentos sociais de direitos humanos, está no centro da atuação do MDHC. Como medida emergencial, tomada pelo Governo do Presidente Lula, cada um dos 10 colegiados de participação social existentes no MDHC foi recriado ou reestruturado.

O orçamento deixado pela gestão anterior para o financiamento de todas as atividades dos colegiados foi de R\$ 1.237.028,00 o que não supria nem a realização das reuniões ordinárias desses órgãos de participação social. Tendo isso em vista, foi feita a suplementação de um montante de R\$ 3.760.690,37 na Ação Orçamentária 21AT, destinada ao financiamento do colegiados vinculados ao MDHC.



Reestruturação e criação de conselhos e outros colegiados de direitos humanos

Órgão Colegiado	Governo Bolsonaro	Governo Lula
Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI)	Redução da participação social com representatividade.	Reestruturado pelo Decreto nº 11.483/2023. Ampliação do número de entidades na composição.
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)	Presidente designado pelo presidente da República; 9 entidades da sociedade civil sem paridade.	Estrutura reformulada pelo Decreto nº 11.473/2023. Maior número de conselheiros da história (15). Retorno da paridade entre representantes do governo e da sociedade civil.
Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP)	Extinguiu ilegalmente a comissão	Aguarda deliberação para retomada

Reestruturação e criação de conselhos e outros colegiados de direitos humanos

Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (CNLGBTQIA+)	Contava apenas com 3 representantes da Sociedade Civil, não sendo paritária.	Instituído pelo Decreto 11.471/2023; composto por 19 representantes do governo e 19 da sociedade civil; aumento substancial do orçamento.
Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP-Rua)	Composição reduzida pelo Decreto nº 9.894/2019.	Recomposto em 2023, com ampliação da participação da sociedade.
Comissão de Anistia	Orçamento em 2022: R\$ 188.489,00 Maioria dos casos negados.	Atividades retomadas e melhorias nos processos. Orçamento em 2023: R\$ 383.043,00

Reestruturação e criação de conselhos e outros colegiados de direitos humanos

Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae)	Orçamento reduzido e criação de grupo de trabalho.	Suplementação orçamentária significativa.
Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade)	Composição alterada em 2019.	Novos integrantes e evento reunindo representantes.
Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH)	Orçamento deixado pela gestão anterior impedia funcionamento adequado.	Recomposição do orçamento e maior independência.
Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT)	Orçamento insuficiente para funcionamento adequado.	Recomposição orçamentária permitindo maior autonomia.
Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT)	Restrições financeiras e desvalorização.	Recomposição do orçamento e valorização da instância.

Conferências Nacionais

Ainda na perspectiva de retomada da participação social, esta gestão retomou a organização das Conferências Nacionais relacionadas às pautas de Direitos Humanos. Neste sentido apresenta-se as datas de realização das etapas nacionais das seguintes conferências:

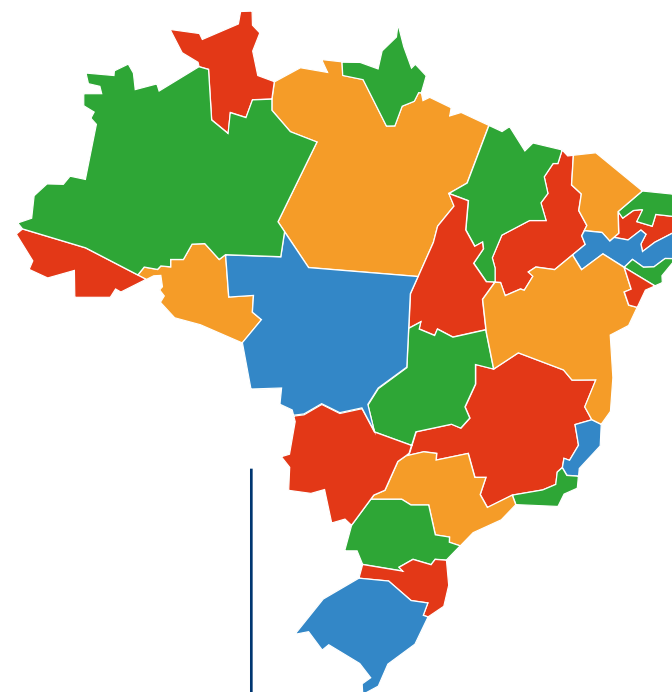
Conferências Nacionais de Políticas de Direitos Humanos Convocadas	
5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência	julho/2024
4ª Conferência Nacional de Direitos da Pessoa LGBTQIA+	maio/2025
12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	abril/2024

Mapa colaborativo da cidadania

Abertura para cadastro em novembro de 2023

O Mapa Colaborativo da Cidadania tem por objetivo ampliar o conhecimento sobre a atuação da sociedade civil em torno de ações nos mais diversos eixos dos direitos humanos e da cidadania, buscando a ampliação da participação social e da diversidade nas agendas afins.

Como eixos de atuação estarão o **fortalecimento do diálogo entre o Ministério de Direitos Humanos e Cidadania e as mais diversas organizações da sociedade brasileira**; **informar a sociedade as entregas e ações na esfera federal**; **ampliar a escuta e a participação na construção das políticas**; **estabelecer diálogo contínuo, aprimorando cada vez mais as políticas do Ministério nas ações para os públicos mapeados**; **construir intercâmbio entre as iniciativas**; **fortalecer iniciativas de garantia de direitos humanos e cidadania**. ■



Medidas para o fortalecimento e aliança com a sociedade civil

No mês de junho, o Ministro Silvio Almeida foi nomeado, junto à Ministra Simone Tebet, Embaixador da Frente Parlamentar em Defesa das Favelas e Respeito à Cidadania dos seus Moradores.

Uma série de ações e políticas no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania foi iniciada desde então. Dentre elas:



Diálogo e Participação Social

Ampliação da participação social e a construção de diálogos com lideranças, organizações e movimentos da sociedade civil.



Visitas e Escutas em Territórios

Território do Bem, Vitória-ES; Comunidade do Ibura, Recife-PE; Equipamentos Compaz e Usina da Paz, Belém-PA; Cozinhas Solidárias, Recife-PE ; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal do Ceará.

Medidas para o fortalecimento e aliança com a sociedade civil



Assinaturas de Protocolos e Termos de Execução

Assinaturas de Protocolo de Intenções e Termos de Execução Descentralizada (TED) com universidades e comunidades específicas.

Por meio dessas parcerias, o governo brasileiro busca estimular ações e iniciativas comunitárias locais de enfrentamento a violências, fortalecimento de projetos de promoção e defesa dos direitos humanos, garantia da dignidade, cidadania e acesso a serviços públicos.

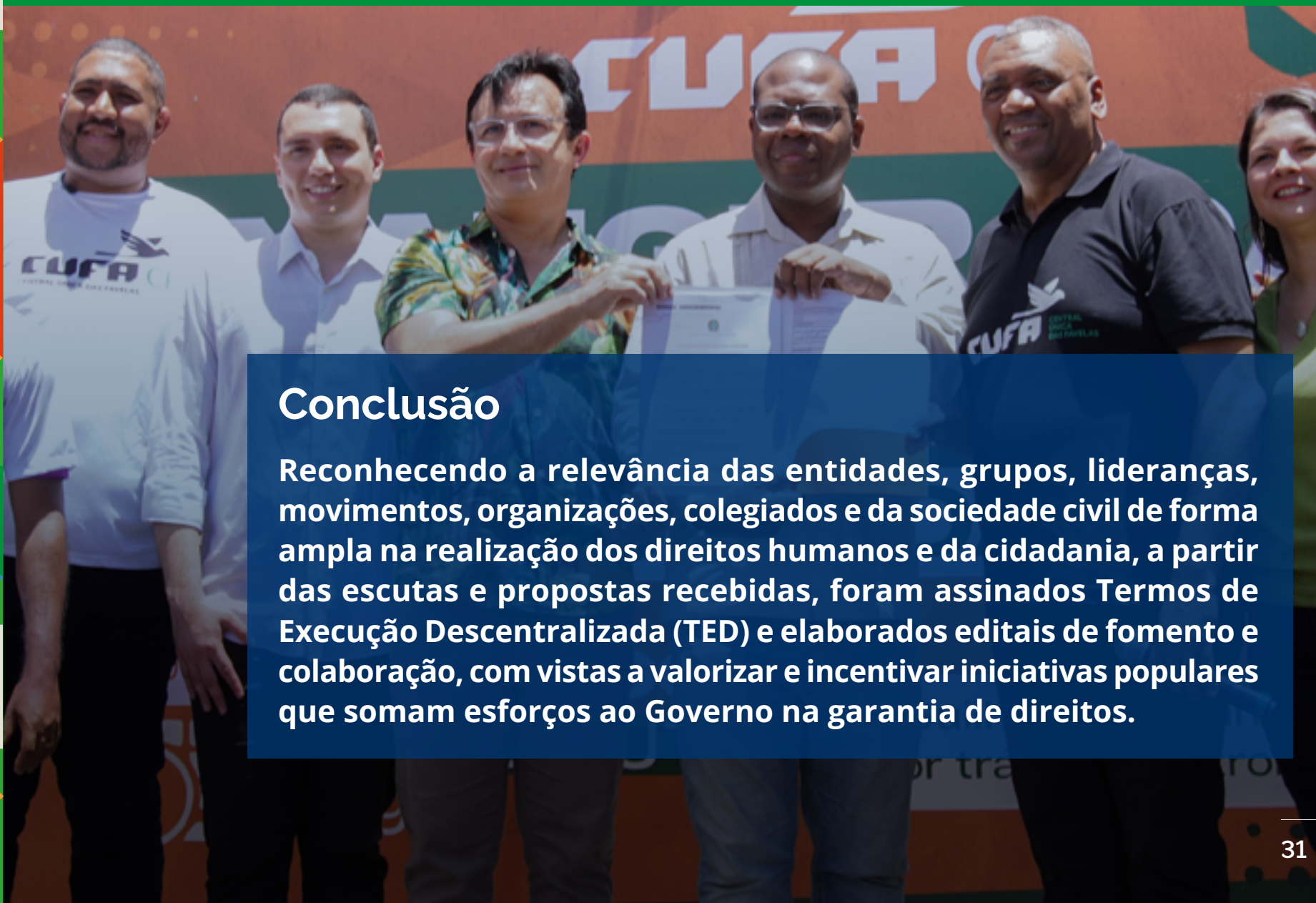


Valorização das Iniciativas Populares

Reconhecimento da relevância das entidades e iniciativas populares, junto à assinatura de editais de fomento e colaboração.



Medidas para o fortalecimento e aliança com a sociedade civil



Conclusão

Reconhecendo a relevância das entidades, grupos, lideranças, movimentos, organizações, colegiados e da sociedade civil de forma ampla na realização dos direitos humanos e da cidadania, a partir das escutas e propostas recebidas, foram assinados Termos de Execução Descentralizada (TED) e elaborados editais de fomento e colaboração, com vistas a valorizar e incentivar iniciativas populares que somam esforços ao Governo na garantia de direitos.

Medidas para o fortalecimento e aliança com a sociedade civil

Editais						
	Edital	Tema	Objetivo	Mês de lançamento	Orçamento	Número de Instituições que serão contempladas
1	Edital de Chamamento Público voltado a cuidados e prevenção de violência contra crianças na primeira infância nas periferias brasileiras .	Primeira Infância	Promover cuidados e prevenção de violência contra crianças na primeira infância nas periferias brasileiras, realizados por instituições da sociedade civil sem fins lucrativos, que atuem no campo de garantia, promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças na primeira infância.	Novembro	R\$ 5.825.000,00 milhões.	10 projetos.
2	Edital de fomento a iniciativas de promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+.	LGBTQIA+	Promover o fortalecimento do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra LGBTQIA+.	Julho	R\$ 250 mil para cada instituição.	5 instituições.
3	Edital de Chamamento Público para Termos de Colaboração do Projeto Viva + Periferia.	Pessoa Idosa	Fornecimento de equipamentos de apoio assistencial para pessoas idosas acamadas e domiciliadas residentes nas periferias brasileiras, por meio do Projeto Viva + Periferia.	Outubro	R\$ 300 mil.	5 instituições.

4	Edital de Chamamento Público Programa Pontos de Apoio da Rua (PAR).	POP-Rua	Proporcionar à população em situação de rua o acesso à água, que é direito humano essencial, seja por bebedouros, seja para lavar roupas e/ou tomar banho, como serviços referentes a cuidado e higiene pessoal, além de estabelecimento de armários para guarda de bens e pertences.	até dezembro de 2023	R\$ 675 mil para cada ponto.	1 ponto em RJ e 1 ponto em SP.
5	Edital de Chamamento Público para o fortalecimento e a valorização de pessoas idosas de Povos e Comunidades Tradicionais.	Pessoa Idosa	Fortalecimento e a preservação da cultura de pessoas idosas de Povos e Comunidades Tradicionais, na perspectiva da valorização cultural, preservação da memória e ancestralidade e fortalecimento das iniciativas de economia sustentável.	até dezembro de 2023	R\$150 mil por projeto para o eixo Cultura e R\$150 mil por projeto para o eixo Economia Sustentável.	Pelo menos 2 em cada eixo.
6	Edital de Chamamento Público de Organizações da Sociedade Civil para projetos de promoção e defesa de direitos humanos, por meio de Centros de Acesso a Direitos e Inserção Social (CAIS).	Direitos Humanos	Promoção e defesa de direitos humanos, por meio de Centros de Acesso a Direitos e Inserção Social (CAIS), dirigidos prioritariamente a pessoas em situação de rua e extrema vulnerabilidade, com demandas relacionadas ao uso de drogas e com o objetivo de propiciar acesso a direitos, inclusão social, integração à rede de serviços públicos e garantia da cidadania.	até dezembro de 2023	R\$1.500.000,00 para cada instituição.	15 instituições.

7	Edital de chamamento público Universalização do Registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica.	Direitos Humanos	Ampliação do acesso à documentação básica, com foco especial em grupos vulneráveis, historicamente atingidos por violações de direitos humanos.	até dezembro de 2023	R\$ 27 milhões no total.	43 projetos.
8	Cidadania da Periferia	Direitos Humanos	Promoção e defesa de direitos humanos e cidadania, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.	até dezembro de 2023	R\$ 6 milhões.	120 projetos
9	Edital de chamamento público Catadores de materiais recicláveis nos municípios de Belo Horizonte e de São Paulo.	POP-Rua	Apoio à estruturação e ao fortalecimento de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, por meio da estruturação e sustentabilidade dos processos produtivos e geração de renda.	até dezembro de 2023	R\$ 650 mil por projeto.	1 projeto em casa cidade.



Termos de Execução Descentralizada (TED)				
Parceiro	Tema	Objetivo	Data	Orçamento
Universidade Federal do Ceará	Direitos Humanos	Execução de projetos nas comunidades Poço da Draga e Barroso II, ambas em Fortaleza-CE.	Outubro	R\$ 1.000.000,00

Estimativa de orçamento
Ações e parcerias - Até dezembro de 2023:

R\$ 67,1 milhões

4. Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes

O MDHC tem empenhado todos os esforços para recolocar as crianças e os adolescentes como prioridade absoluta de suas ações. Foram reorientadas as prioridades, recursos e equipe para a formulação, coordenação e avaliação de políticas e diretrizes que permitam a implementação e articulação de ações governamentais e medidas referentes à defesa dos direitos da criança e do adolescente. O foco está na prevenção, na conciliação de conflitos e no enfrentamento a todas as formas de violação desses direitos. É uma nova fase, na qual crianças e adolescentes voltarão a ter o lugar de destaque que merecem em nossas agendas e planos de ação.



O que já foi feito



Centros de Atendimento Integrado

Objetivo: equipar centros para atendimento especializado de vítimas/testemunhas de violência. Fornecimento de cartilhas.

ORÇAMENTO
R\$ 2,5 milhões

Relatório Anual Socioeducativo

Análise de dados para aprimorar políticas socioeducativas.



Formação Profissional:

Curso de especialização para profissionais envolvidos na garantia de direitos das crianças e adolescentes.

4 mil vagas

Encontros "Sinase pra Valer":

Melhorias na Política de Atendimento Socioeducativo.



Eleições dos Conselheiros Tutelares:

Campanha de mobilização para aumento de participação.

**Aumento de 25,8%
na participação.**

Comissão contra Violência:

Combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. Coordenação da rede de proteção.

Instituída por decreto

O que será realizado



Programa de Proteção:

Política de proteção à vida de crianças e adolescentes ameaçados.

Implantação em 18 UFs com meta de expansão para as 27 unidades da federação até 2025

Política de Formação:

Implantação de 10 Escolas de Conselho para formação continuada. Parceria com universidades federais.

INVESTIMENTO
R\$ 5 milhões

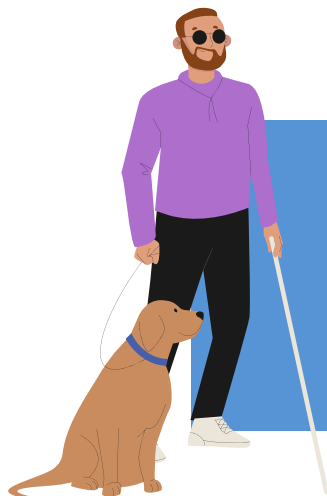
Agenda Intersectorial Criança:

Coordenar ações governamentais e criar o Comitê da Agenda Intersectorial Criança.

5. Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência

NOVO VIVER SEM LIMITE

PLANO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA



Novo Plano Viver sem Limite – para promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais das pessoas com deficiência e de suas famílias.

Lançamento: próxima semana, dia 23 de novembro.

Investimento de cerca de R\$ 6,5 bilhões
Envolveu cerca de 30 ministérios na formulação das mais de 100 ações



**NOVO
VIVER SEM LIMITE**
PLANO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

**O Novo Viver sem Limite está
estruturado em 4 grandes eixos:**

I – Gestão e participação social;

II – Enfrentamento ao capacitismo e à violência;

III – Acessibilidade e tecnologia assistiva;

IV – Promoção do direito à educação, à assistência social, à saúde, e aos demais direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

São 22 ações estruturantes:

1. Instituição do Sistema Nacional de Avaliação Unificada da Deficiência

2. Pactuação e lançamento do Novo Viver sem Limite em todos os estados e DF

3. Lançamento do Portal do Observatório de Monitoramento das Ações do Novo Viver sem Limite

4. Revisão da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD)

5. Instituição da Câmara Interministerial dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CIDPD)

6. 90 novas Policlínicas equipadas com mesas ginecológicas e mamógrafos

NOVO VIVER SEM LIMITE

PLANO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

7. Instituição do Centro Nacional de Memória da Internação Compulsória

8. Publicação de livros (acadêmico e didático), promoção de exposições física e virtual sobre Direito à Memória, reconhecimento e reparação da escravidão às pessoas negras com deficiência

9. Formação de 15 mil Conselheiros Tutelares na temática da Promoção de Direitos da Criança e do Adolescente com Deficiência

10. Campanha no Disque Direitos Humanos para denúncias de capacitismo

11. Renovação da frota de ônibus urbanos para veículos com acessibilidade e tecnologia mais limpa

NOVO
VIVER SEM LIMITE
PLANO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

12. 3 mil ônibus de transporte escolar acessíveis

13. Atendimento de 38 mil escolas com salas de recursos multifuncionais

14. Fornecimento de dispositivos e equipamentos de tecnologia assistiva para o atendimento de 95 mil crianças com deficiência

15. Implantação da Central Nacional de Interpretação da Língua Brasileira de Sinais

16. Habilitação de 75 novos Centros Especializados em Reabilitação

17. Habilitação de 100 Centros de Referência em Reabilitação para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista

NOVO VIVER SEM LIMITE

PLANO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

18. Formação de 63 mil professores e 106 mil gestores em educação especial na perspectiva inclusiva pela Rede Nacional de Formação (RENAFOR)

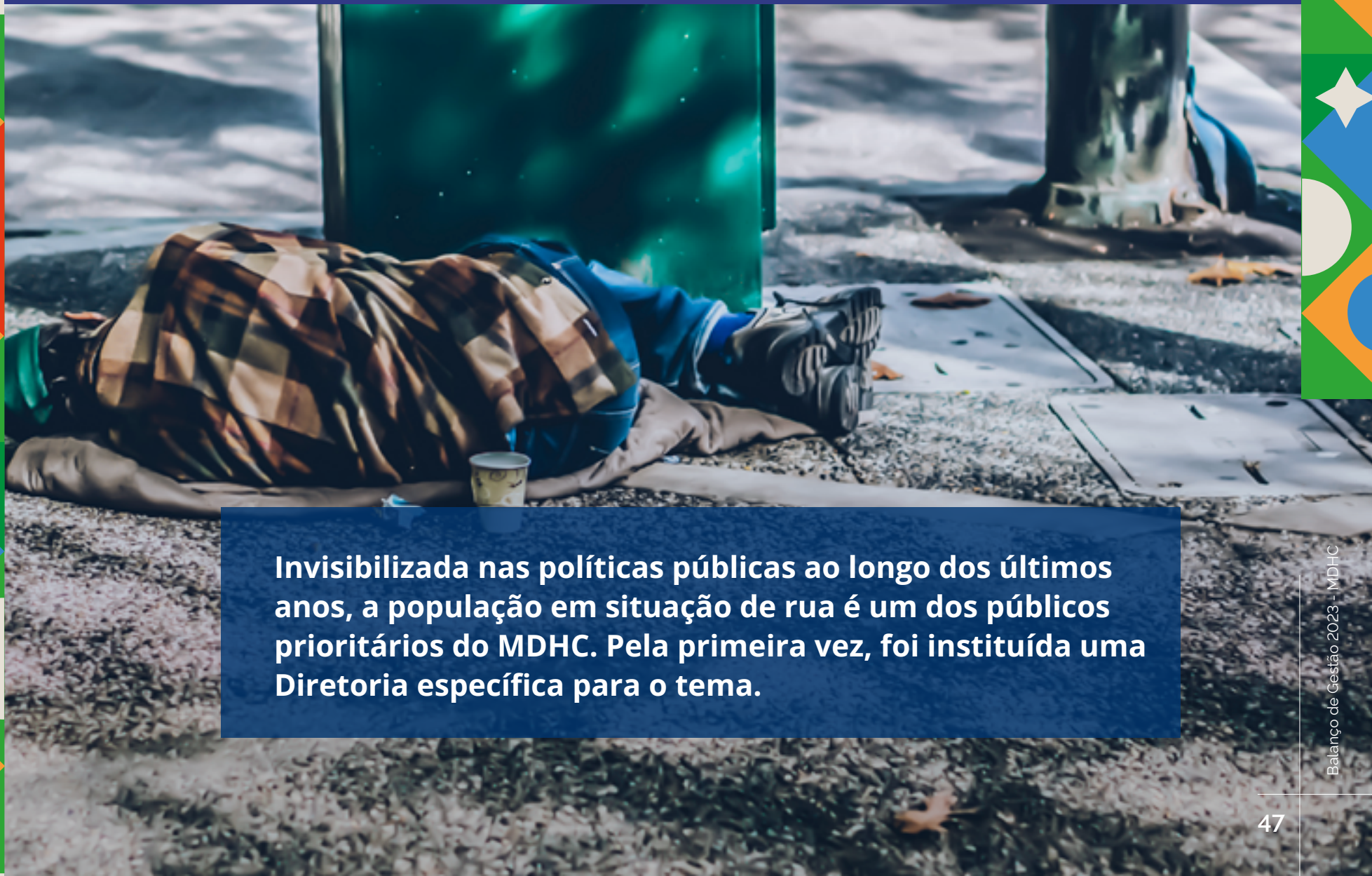
19. Programa BPC na Escola com 425 mil matrículas de pessoas beneficiárias na rede regular de ensino

20. Implantação de 100 Centros de Referência Paralímpicos

21. Formação de 5 mil Agentes em Tecnologia do Emprego com Apoio

22. Promoção de 120 mil novos contratos de trabalho de Pessoas com Deficiência ou reabilitadas do INSS em empresas obrigadas a cumprirem a Lei de Cotas

6. Ações do MDHC para a População em Situação de Rua



Invisibilizada nas políticas públicas ao longo dos últimos anos, a população em situação de rua é um dos públicos prioritários do MDHC. Pela primeira vez, foi instituída uma Diretoria específica para o tema.

Ações do MDHC para a População em Situação de Rua



Plano de Ação à População em Situação de Rua

Resultado do esforço coordenado entre 12 ministérios, com 5 eixos: **Habitação; Violência institucional; Dados; Trabalho e renda; Saúde, segurança alimentar e cidadania**. Lançamento: Dezembro. Passará por validação do Ciamp-Rua.

* O Plano passará por validação do Ciamp-Rua antes do lançamento.

* A maior parte das ações já estava em formulação antes da decisão proferida pelo STF na ADPF 976

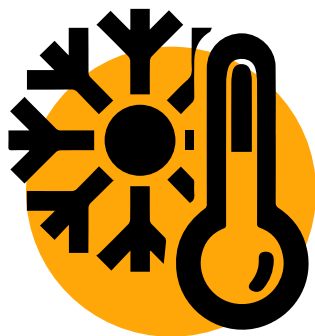


Programa Nacional Moradia Primeiro

Oferecer moradia individual para pessoas em situação crônica de rua.

ORÇAMENTO
R\$ 3,4 milhões anual

Ações do MDHC para a População em Situação de Rua



Operação Inverno Acolhedor

Prevenir adoecimento e óbito por baixas temperaturas.

ORÇAMENTO
R\$ 5 milhões anual



Protocolo para enfrentamento à violência institucional

Parceria com o MJSP para combater a violência contra a população em situação de rua.

Adesão de todas as capitais
brasileiras

Ações do MDHC para a População em Situação de Rua



Criação de pontos de apoio

Oferecer serviços de higiene pessoal para a população em situação de rua.



Diagnóstico Preliminar

Estudo emergencial para embasar políticas públicas.



Censo Nacional da População em Situação de Rua

Realizado pelo IBGE com provas-piloto em 15 cidades em 2024 e censo nacional em 2025.

Síntese das ações do MDHC - 2024

AÇÃO	ÓRGÃOS	PRAZO	INVESTIMENTO 2024 (R\$)	INVESTIMENTO 2024-2026 (R\$)
Disponibilização de 1.200 unidades habitacionais no âmbito do projeto-piloto do Programa Moradia Primeiro	MDHC, MDS, MS, MJSP, MCIDADES	dez./2024	37.476.733	37.476.733
Priorização de acesso ao Programa Minha Casa, Minha Vida para população em situação de rua, com publicação de portarias de regulamentação	MCIDADES, MDHC	mar./2024	-	-
Decreto de Regulamentação da Lei Padre Júlio Lancellotti, Lei nº 14.489/2022	MDHC, MGI, SPU, MCIDADES	dez./2023	-	

Síntese das ações do MDHC - 2024

Criação e divulgação de canal de denúncias do Disque 100 - Disque Direitos Humanos sobre violência, arquitetura hostil e outras violações de direitos humanos da população em situação de rua	MDHC, Secom	dez./2023	-	-
Formação em 30 municípios de agentes de segurança pública para prevenção e enfrentamento à violência institucional contra a população em situação de rua	MDHC, MDS	dez./2023	500.000	-
Protocolo para enfrentamento à violência institucional contra a população em situação de rua, com adesão de todas as capitais brasileiras	MDHC, MJSP	dez./2024	-	-

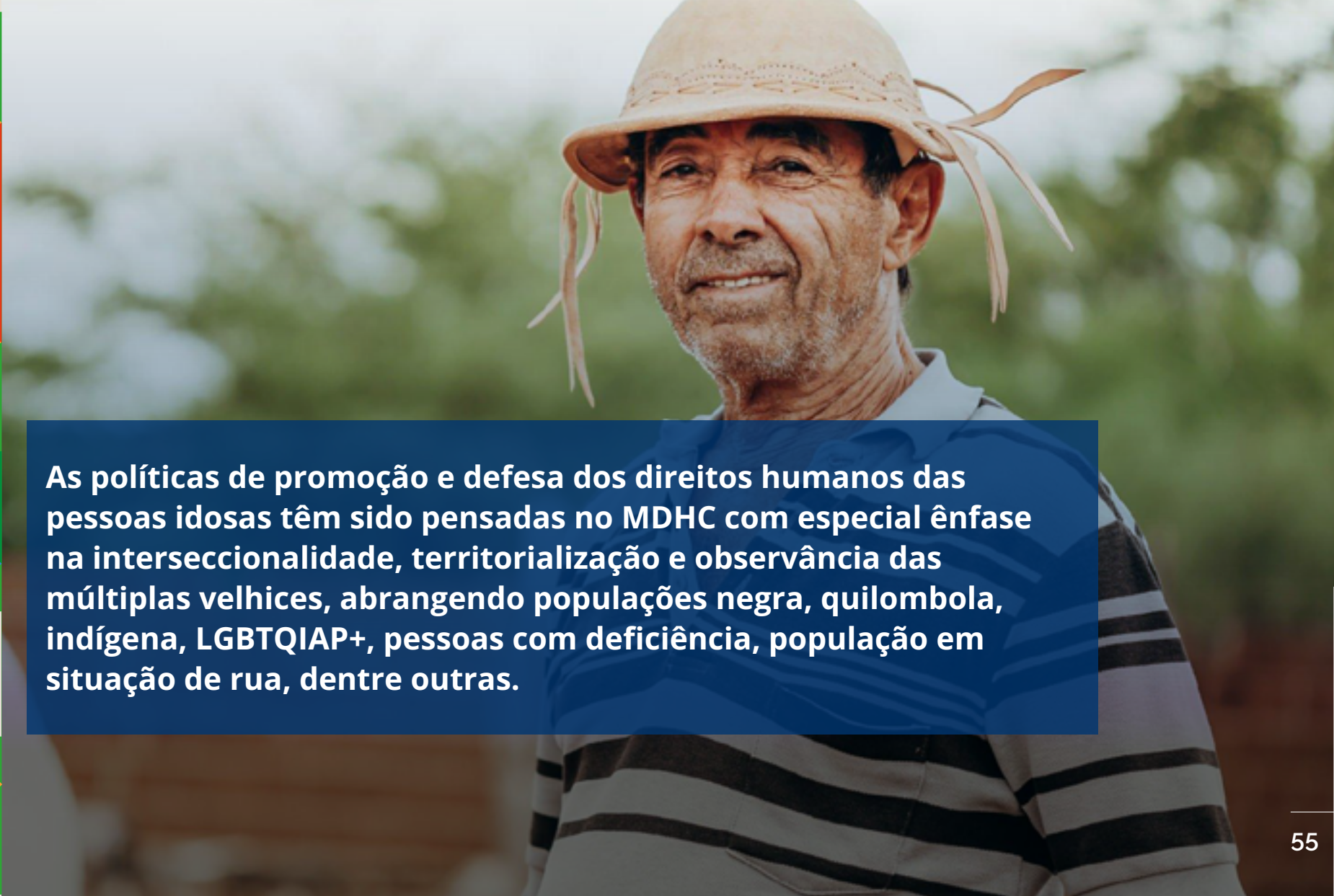
Síntese das ações do MDHC - 2024

Atualização do Decreto nº 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua	MDHC, MJSP, MDS, CIAMP-Rua	dez./2024	-	-
Elaboração de guia para atendimento à população em situação de rua, por meio da Plataforma INCLUA/Ipea e transformação do guia em curso para gestores locais.	MDHC, MDS, Ipea, Enap	dez./2024	-	-
Disponibilização de cartilha para profissionais da educação voltada à conscientização sobre aporofobia, difundida na rede escolar	MDHC, MEC	dez./2024	-	-
Realização de diagnóstico consolidado sobre população em situação de rua com dados do CadÚnico	MDHC	2023	-	-

Síntese das ações do MDHC - 2024

Instituição de GT Interinstitucional (GTI) para desenhar metodologia do Censo para a população de rua	MDHC, MDS, Ipea, IBGE	2023	-	-
Realização de diagnóstico para entender o perfil das pessoas em situação de rua que não acessam os programas de transferência de renda	MDHC, MDS	após realização do Censo	-	-
Protocolo de divulgação de alertas meteorológicos	MDHC, MDR, MDS	2024	-	-

7. Defesa e Promoção dos Direitos das Pessoas Idosas pelo MDHC



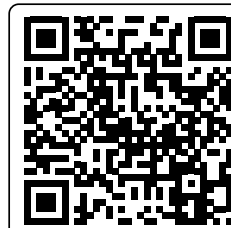
As políticas de promoção e defesa dos direitos humanos das pessoas idosas têm sido pensadas no MDHC com especial ênfase na interseccionalidade, territorialização e observância das múltiplas velhices, abrangendo populações negra, quilombola, indígena, LGBTQIAP+, pessoas com deficiência, população em situação de rua, dentre outras.



Campanha #EnvelhecerSemViolência

Enfrentar a violência contra a pessoa idosa e promover um envelhecimento digno e seguro.

Lançamento:
junho/2023



Vídeo “Assim
você me vê?”
Parceria com a
UNESCO.



Programa Envelhecer nos Territórios

Incentivar a institucionalização das políticas de direitos humanos da pessoa idosa em estados e municípios e mapear violações de direitos humanos de pessoas idosas em territórios vulnerabilizados.

Lançamento:
setembro/2023

ORÇAMENTO
R\$ 1,1 milhão



Programa Viva Mais Cidadania

Promover os Direitos Humanos e fortalecer direitos e cidadania de pessoas idosas vulneráveis, considerando diversidades sociais, étnicas e culturais para equidade e inclusão.

Lançamento:
outubro/2023

ORÇAMENTO
R\$ 6 milhões

O que será realizado até o final do ano



Programa Envelhecer nos Territórios

Incentivar a implementação de políticas estaduais e municipais específicas para a pessoa idosa, com participação social, pautada em problemas específicos apresentados nos territórios mais vulnerabilizados.

Envolve atuação de 240 Agentes de Direitos Humanos da Pessoa Idosa, 31.500 visitas técnicas ao domicílio de pessoas idosas para identificação de violações, articulação de ações conjuntas para a solução das violações de direitos identificadas e formação em direitos e cidadania utilizando material educativo específico para alcance do público-alvo do Programa.

ORÇAMENTO
R\$ 1,1 milhão

8. População LGBTQIA+

Reconhecendo que, historicamente, a população LGBTQIA+ foi marginalizada e teve seus direitos violados, frequentemente alvos de violência física, psicológica e afetiva; de discriminação no trabalho; e de impedimentos no acesso à saúde; entre outras violações que precisam ser combatidas, foi criada a primeira Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, com reorientação dos esforços e recursos do MDHC para promoção de políticas de defesa dos direitos e da cidadania LGBTQIA+.

O que já foi feito



Campanha “Pessoas LGBTQIA+ existem e são importantes para nós”

- Parceria com a SECOM
- Ações de visibilidade em espaços simbólicos, nas Paradas do Orgulho LGBTQIA+ e outros eventos; parcerias com instituições públicas e privadas.

**Lançamento:
junho/2023**



Ação realizada:

Adesão do Brasil à Parceria Global contra Todas as Formas de Discriminação, iniciativa do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS)

Proteção de Direitos das Pessoas LGBTQIA+ em Aplicativos de Mobilidade - Assinatura de 10 Termos de Compromisso

Resultado esperado: campanhas de sensibilização e educação midiática, protocolos de suporte às pessoas vítimas de LGBTQIA+fobia, colaboração com autoridades para investigação desses casos e medidas para tornar os ambientes seguros e acolhedores.

População LGBTQIA+

Estratégia de Enfrentamento à Violência contra as Pessoas LGBTQIA+

Programas e projetos para a formação de defensores de direitos humanos LGBTQIA+, atuação nos territórios, fortalecimento de Casas de Acolhimento e de Centros de Cidadania LGBTQIA+.

1ª entrega

Programa de Casas de Acolhimento para Pessoas LGBTQIA+



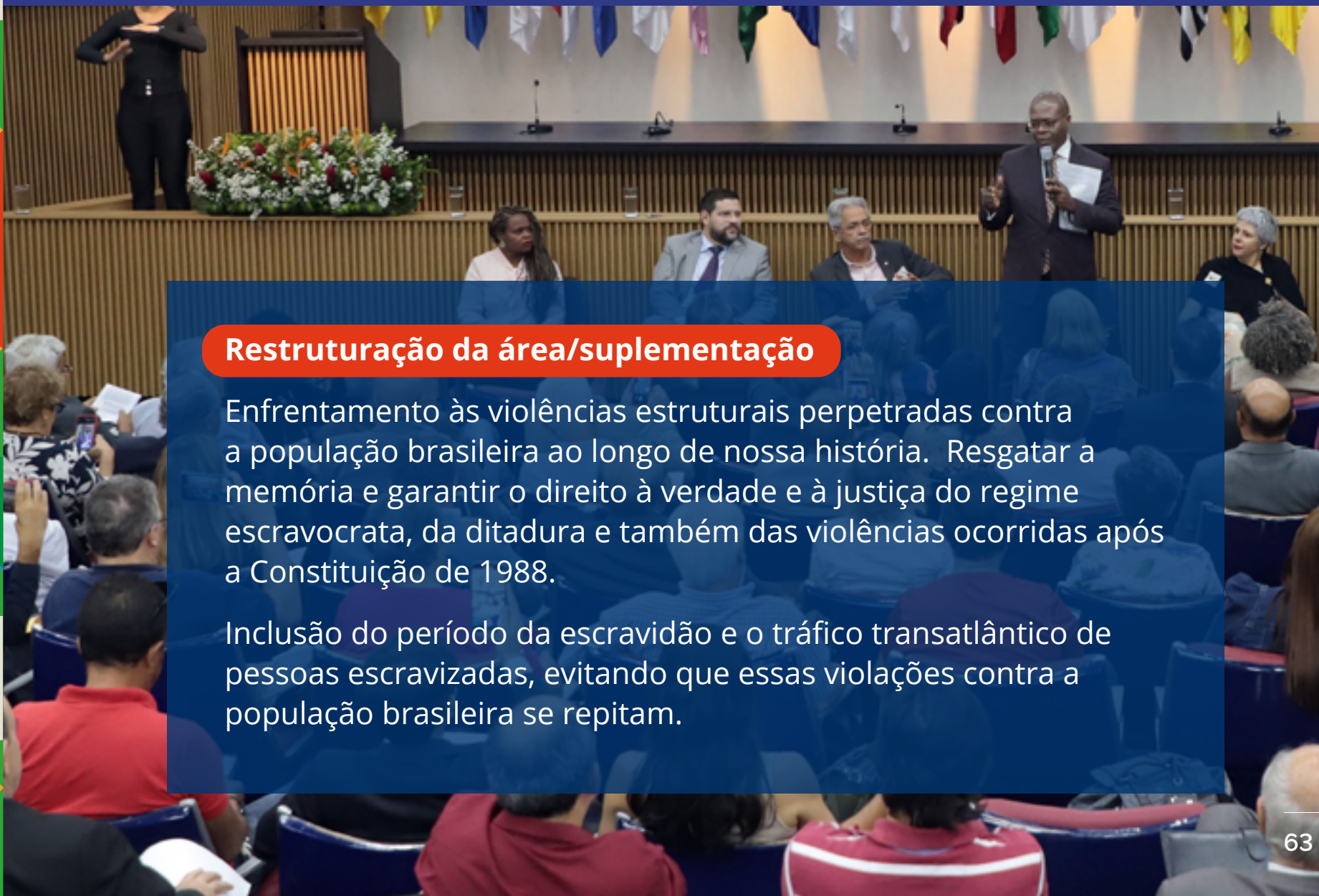
Desenvolvimento e testagem de política pública baseada em tecnologias sociais de acolhimento para a população LGBTQIA+ em vulnerabilidade pela ruptura de vínculos familiares ou de abandono familiar.

Parceria com a Fiocruz

Orçamento 2023:
R\$ 1.900.000,00.

I Encontro Nacional de Conselhos LGBTQIA+, dez./2023, em Brasília.

9. Memória e Verdade



Reestruturação da área/suplementação

Enfrentamento às violências estruturais perpetradas contra a população brasileira ao longo de nossa história. Resgatar a memória e garantir o direito à verdade e à justiça do regime escravocrata, da ditadura e também das violências ocorridas após a Constituição de 1988.

Inclusão do período da escravidão e o tráfico transatlântico de pessoas escravizadas, evitando que essas violações contra a população brasileira se repitam.

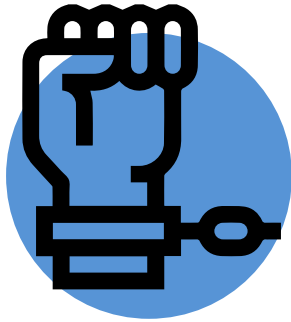
O que já foi feito

Acervo “NOSSO SAGRADO”

Preservação do acervo composto por peças religiosas de matriz africana apreendidas pelo Estado brasileiro, que será ampliado por meio de acordo de cooperação celebrado com o Museu da República e a Defensoria Pública da União.

Análise de informações em inquéritos policiais sobre apreensão de bens religiosos afro-brasileiros em terreiros de candomblé e umbanda realizada no Rio de Janeiro entre 1890 e 1946, para confecção de um dossiê de memória e verdade sobre a perseguição das religiões de matriz africana durante a 1ª República.

O que será realizado até o final do ano



Placas de Memória da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Pessoas Escravizadas

Resgatar a história e preservar a memória de um passado nefasto que ainda causa desigualdades étnicas no Brasil.

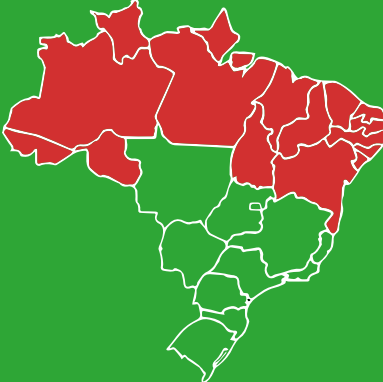
O projeto está dividido em duas etapas:

Primeira etapa	Segunda etapa
Elaboração e fixação de placas alusivas ao reconhecimento pelo programa <i>Rotas do Escravizado</i> da UNESCO de cem lugares de memória dos africanos escravizados no Brasil, situados em 16 diferentes unidades da Federação.	Ampliar a política de memória da escravidão nas regiões sinalizadas. Será realizada a disseminação do projeto, por meio de plataformas digitais, e a educação e cultura em direitos humanos, por meio da elaboração de material pedagógico e de apoio para professoras e professores, para cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, marco da educação antirracista no Brasil.

10. Promoção do Registro Civil de Nascimento



Retomada das ações itinerantes de emissão de documentos, na esteira do compromisso nacional pela erradicação do sub-registro civil de nascimento e pela garantia de acesso à documentação básica.

Objetivo	Público-alvo dos mutirões	Alcance
Levar a documentação básica a grupos de pessoas que não têm acesso aos serviços de registro civil.	Pessoas em situação de hipossuficiência, população em situação de rua, povos indígenas, comunidades quilombolas, população ribeirinha, população em situação de privação de liberdade, crianças e adolescentes.	Foco especial nas regiões Norte e Nordeste do país, que apresentam os índices mais altos de sub-registro de nascimento. 

O que já foi feito

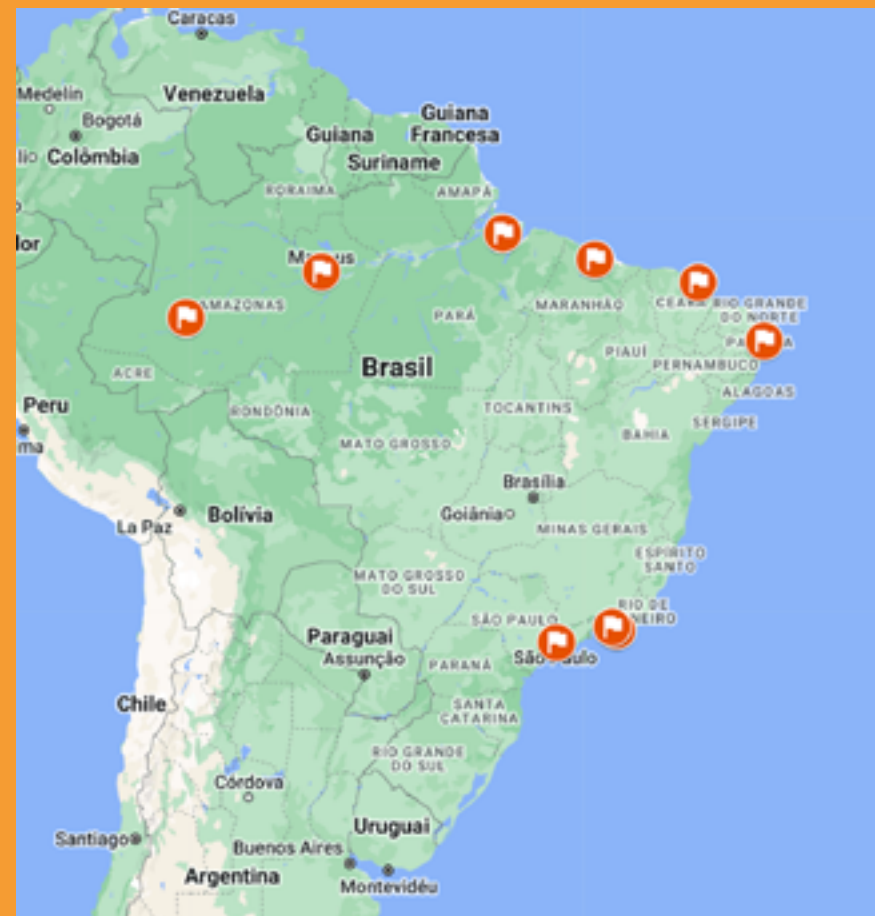
4 mutirões para emissão de documentos em diferentes partes do país

**Pará - Arquipélago de Marajó
setembro**

**Paraíba - João Pessoa
outubro**

**São Paulo - São Paulo
outubro**

**Maranhão - Alcântara
outubro**



O que será realizado até o final do ano

5 mutirões

Ceará - Fortaleza - **novembro**

Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - **dezembro**

Rio de Janeiro - Belford Roxo - **dezembro**

Amazonas - Marari - **dezembro**

Amazonas - Manaus - **dezembro**



11. A retomada do Brasil no cenário internacional dos Direitos Humanos

Eleição do Brasil para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

MANDATO 2024-2026

Eleições no dia 10 de outubro.

Em maio, Silvio Almeida participou de evento de lançamento de campanha no Palácio do Itamaraty.

Em setembro, em Nova York, participou de evento de promoção da candidatura e realizou diversos encontros bilaterais.

Com 144 votos, o Brasil foi eleito.

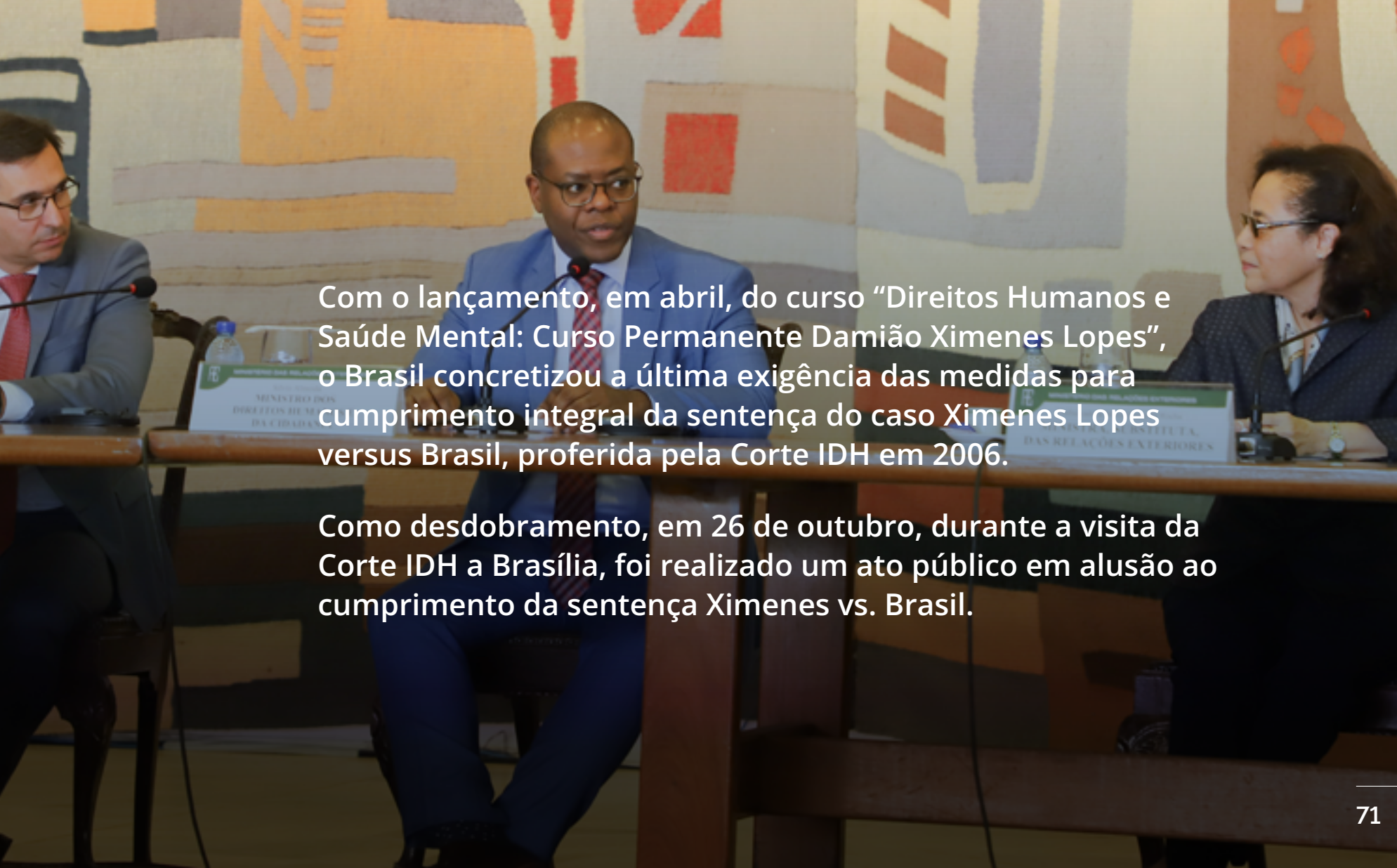
Corte Interamericana de Direitos Humanos



Pagamento de Indenizações

Caso	Ações	Valor Total
Fábrica de Fogos	Pagamento de 158 indenizações às vítimas e familiares	R\$ 32.061.362,17
Herzog	Todas as indenizações devidas foram pagas	R\$ 889.000,00

Conclusão do cumprimento da sentença no caso “Damião Ximenes Lopes” (2006)

A photograph showing three individuals seated at a long wooden conference table. In the center, a man with glasses and a blue suit is speaking into a microphone. To his left, another man in a grey suit is listening. To his right, a woman in a dark suit is also listening. Nameplates are visible on the table, with one for the 'MINISTÉRIO DA SAÚDE' and another for the 'MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES'. The background features a large, abstract painting with warm colors.

Com o lançamento, em abril, do curso “Direitos Humanos e Saúde Mental: Curso Permanente Damião Ximenes Lopes”, o Brasil concretizou a última exigência das medidas para cumprimento integral da sentença do caso Ximenes Lopes versus Brasil, proferida pela Corte IDH em 2006.

Como desdobramento, em 26 de outubro, durante a visita da Corte IDH a Brasília, foi realizado um ato público em alusão ao cumprimento da sentença Ximenes vs. Brasil.

Proteção a Defensores de Direitos Humanos

Nos últimos anos, houve uma escalada da violência contra defensores de direitos humanos, somada ao desmonte dos programas de proteção.

Por esse motivo, e como parte do cumprimento das determinações da Corte IDH, foi criado o

Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta (GTT)

Objetivo:

Reestruturação do **Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH)**

O GTT Sales Pimenta reconhece a necessidade de reestruturação das estratégias de proteção, e a sua composição prevê um amplo debate com a sociedade civil nesse processo

Composto por 20 representantes governamentais e 20 da sociedade civil 	Entregas: - Plano Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, aos Comunicadores e aos Ambientalistas - Anteprojeto de Lei sobre a Política Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas
---	---

* O nome do grupo é em homenagem a Gabriel Sales Pimenta, advogado e defensor de direitos humanos, assassinado em 1982, em decorrência de sua luta na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais no Pará.

* O GTT iniciou os trabalhos em novembro e terá 180 dias para a entrega do Plano.

18 reuniões de trabalho

Casos:

- Fátima Regina Nascimento de Oliveira e Maura Tatiane Ferreira Alves vs Brasil;
- Antônio Martins Alves vs Brasil;
- Maria da Penha vs Brasil;
- Luiza Melinho vs Brasil;
- Raposa Serra do Sol vs Brasil;
- Comunidade Guyraroká vs Brasil;
- Comunidades Remanescentes Quilombola de Rio dos Macacos vs Brasil;
- Território Quilombola Boa Hora vs Brasil;
- Adolescentes internados no Ceará vs Brasil;
- Benny Briolly vs Brasil;
- Monica Tereza Azevedo Benicio vs Brasil;
- Joana D'Arc Mendes vs Brasil;
- André Luiz Moreira vs Brasil;
- Jean Wyllys vs Brasil;
- Membros da comunidade Guapo'y do Povo Indígena Guarani Kaiowá vs Brasil;
- Manoel Barbosa da Costa e outros vs Brasil;
- Dom e Bruno vs Brasil

4 reuniões temáticas

Lei de alienação parental;

Uso de tecnologia de reconhecimento facial em contextos ligados aos direitos humanos;

Direitos sexuais e reprodutivos;

Atuação do Estado brasileiro na proteção de adolescentes e crianças trans.



Visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos ao Brasil



Acompanhamento nas missões ao Rio de Janeiro e ao Maranhão, incluindo uma visita no local à Terra Indígena Arariboia, habitada pelos povos Guajajara e Awá.

Cerca de **150 relatórios** foram enviados pelo MDHC sobre diversos casos em andamento.

Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos do Mercosul (RAADH)

Participação na XLI RAADH, em Buenos Aires, em maio

Realização, sob a presidência brasileira, da XLII RAADH, em novembro, com o eixo temático central “Desinformação, Liberdade de Expressão e Enfrentamento ao Discurso de Ódio”

Participações Internacionais

Seguimento de alto nível - Conselho de Direitos Humanos da ONU

Exames do Brasil relativos a Tratados Internacionais de Direitos Humanos

Comitê contra a Tortura da ONU (CAT) Abril/2023:

Chefia da delegação brasileira no exame relativo ao segundo relatório periódico do Brasil sobre a implementação da Convenção contra a Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis e atos desumanos ou degradantes da ONU, ratificada em 1989.

Comitê de Direitos Humanos da ONU (Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos) Junho/2023:

Chefia da delegação brasileira no exame relativo ao terceiro relatório do Brasil sobre a implementação do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, ratificado pelo Brasil em 1992.

Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC) Setembro/2023:

Chefia da delegação brasileira no exame relativo ao terceiro relatório do Brasil sobre a implementação do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ratificado pelo Brasil em 1992.

Audiências públicas e supervisão de sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos

Audiências de instrução:

Airton Honorato e outros vs Brasil

Comunidades Quilombolas de Alcântara vs Brasil

Neusa dos Santos Nascimento e Outra vs Brasil

Leite de Souza e outros vs Brasil

Audiências de supervisão:

Herzog vs Brasil

Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus vs Brasil

Favela Nova Brasilia vs Brasil

Povos Yanomami, Ye'Kwana e Munduruku vs Brasil

Negociação do Tratado Internacional sobre empresas e direitos humanos no âmbito do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

9ª sessão do grupo de trabalho intergovernamental de composição aberta sobre corporações transnacionais e outras empresas, em novembro de 2023, com respeito aos direitos humanos, que tem como mandato elaborar tratado internacional sobre direitos humanos e empresas.

Em negociação desde 2015, ressalta-se o ineditismo da posição brasileira consistente com a primazia dos direitos humanos sobre as leis de mercado e o foco nas pessoas atingidas.

Grupo de Trabalho Interministerial para Titulação Territorial das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Alcântara

Busca de alternativas para a titulação territorial das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Alcântara, de maneira compatível a seus interesses e aos do Centro Espacial de Alcântara, e regulamentação de protocolos de Consultas Prévias, Livres e Informadas às Comunidades Remanescentes de Quilombos de Alcântara.

*** Grupo de trabalho instituído pelo Decreto nº 11.502, de 25 de abril de 2023**

Acordo de Escazú

O acordo regional busca garantir os direitos de acesso à informação, participação pública e à Justiça em assuntos ambientais na América Latina e no Caribe. Em conjunto com os ministérios das Relações Exteriores, dos Povos Indígenas e do Meio Ambiente, o MDHC enviou, nos primeiros 100 dias de governo, proposta de mensagem ao Congresso Nacional para a ratificação brasileira ao acordo.

12. Cidadania Marajó



CIDADANIA
MARAJÓ

O programa tem o objetivo de enfrentar o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes e promover direitos humanos e acesso a políticas públicas no arquipélago do Marajó, no estado do Pará.

Substituiu o antigo *Abrace o Marajó*, implantado pela gestão anterior, sem participação social, a partir de um discurso estigmatizante da população marajoara e que aprofundou desigualdades.

O que já foi feito

- ◆ Visita *in loco* para verificar as demandas e ouvir as reivindicações da população marajoara, em maio de 2023
- ◆ Duas ações itinerantes, uma no Marajó Ocidental e outra no Marajó Oriental
- ◆ Serviços de saúde e de cidadania, como a obtenção de registro civil de nascimento e de documentação básica e o acesso das pessoas com deficiência ao Cadastro Único e a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC)
- ◆ Mais de 25 mil pessoas atendidas
- ◆ Firmados três instrumentos de cooperação para a construção do Plano de Resposta Socioambiental para o Marajó, para a construção de Centro de Referência de Direitos Humanos e de lanchas destinadas à equipagem dos Conselhos Tutelares de todos os municípios do Marajó
- ◆ Articulação no Plano para o Desenvolvimento da Amazônia da Sudam e nas Caravanas do Plano Brasil Sem Fome para garantir maior investimento na região
- ◆ Instalação do Fórum Permanente da Sociedade Civil do Marajó, um espaço para o pleno exercício da escuta ativa, visando à não repetição das violações de direitos humanos da população marajoara

O que será realizado até o final do ano

- ◆ Transferência de aproximadamente R\$ 1,5 milhão para a Marinha, para construção de duas lanchas sociais para fortalecer a atuação dos Conselhos Tutelares da região e o acesso às políticas de saúde e educação
- ◆ Descentralização de recursos para o Incra a fim de avançar no processo de titulação dos territórios quilombolas
- ◆ Acordo de Cooperação Técnica com o MEC para melhorar as políticas de conectividade e de alimentação escolar
- ◆ Acordo de Cooperação Técnica com o MDS para ampliar ações de segurança alimentar na região
- ◆ Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Saúde para aprimorar a oferta de políticas de saúde básica e especializada na região

13. Observa DH

Construção e divulgação de indicadores de direitos humanos

Objetivos

- Realizar e divulgar pesquisas, análises e estudos que contribuam para o aperfeiçoamento das políticas e programas do MDHC
- Fortalecer a agenda nacional de políticas informadas por evidências em direitos humanos e articular parcerias com institutos de pesquisa, universidades e organizações não governamentais para produção de conhecimento aplicável às políticas públicas de direitos humanos

- 1** Mapeamento e extração de dados de mais de 35 bases de dados para alimentação do ObservaDH
- 2** Oficina com gestores estaduais de direitos humanos e representantes da sociedade civil
- 3** Acordos de Cooperação Técnica com IPEA, CNJ, Itaipu Binacional e UFPR (ACTs em vias de assinatura com IBGE e UFT)
- 4** Publicação de Relatório com perfil da população em situação de rua no Brasil
- 5** Disponibilização de Painel de dados sobre a população em situação de rua no Brasil
- 6** Oficina realizada com representantes dos movimentos sociais de pessoas em situação de rua sobre dados e perfil dessa população
- 7** Publicação de Relatório com perfil das pessoas com deficiência no Brasil

O que será realizado até o final do ano

1

Lançamento do Observatório Nacional de Direitos Humanos (ObservaDH)

2

Criação da Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos (RENEDH)



14. Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos • Disque 100



Retomada do Disque 100 como canal acessível, permanente e prático de registro de denúncias de violações de direitos humanos.

O que já foi feito

- 1** Novas protocolos de atuação foram criados, bem como novas Unidades de Respostas Auditáveis (URAs), permitindo a inclusão de novos grupos vulneráveis específicos entre os alvos de violações
- 2** Intensa divulgação junto à sociedade, por meio de campanhas de comunicação e parcerias com instituições e entidades
- 3** Crescimento da credibilidade e do número de denúncias e tipos de violações registrados

O que já foi feito

Escuta Ativa com a sociedade e atores locais	Capacitações da Central de Atendimento
Encontros	Temáticas
• Brasília (DF) - diferentes movimentos sociais para denúncia de violações coletivas • Roraima (RR) – lideranças Yanomami e Ye'kwana para apurar a situação da crise humanitária na terra indígena • São Sebastião (SP) - pessoas atingidas pelas fortes chuvas ocorridas no litoral sul do estado de São Paulo	• Conceitos sobre deficiência e a perspectiva da linguagem simples • Liberdade religiosa, intolerância religiosa e racismo religioso • Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita) • Violência sexual contra crianças e adolescentes • Violações contra a pessoa idosa • Violações de direitos contra a população em situação de rua

O que já foi feito



ATENDIMENTOS

2022 (janeiro a outubro)
243.590 protocolos de denúncia

2023 (janeiro a outubro)
278.203 protocolos de denúncias

aumento de 14.21%



DENÚNCIAS

2022 (janeiro a outubro)
310.968 denúncias

2023 (janeiro a outubro)
434.440 denúncias

aumento de 39.71%



VIOLAÇÕES

2022 (janeiro a outubro)
1.614.023 violações

2023 (janeiro a outubro)
2.821.532 violações

aumento de 74.81%

O que já foi feito

Mapa de atendimento por região

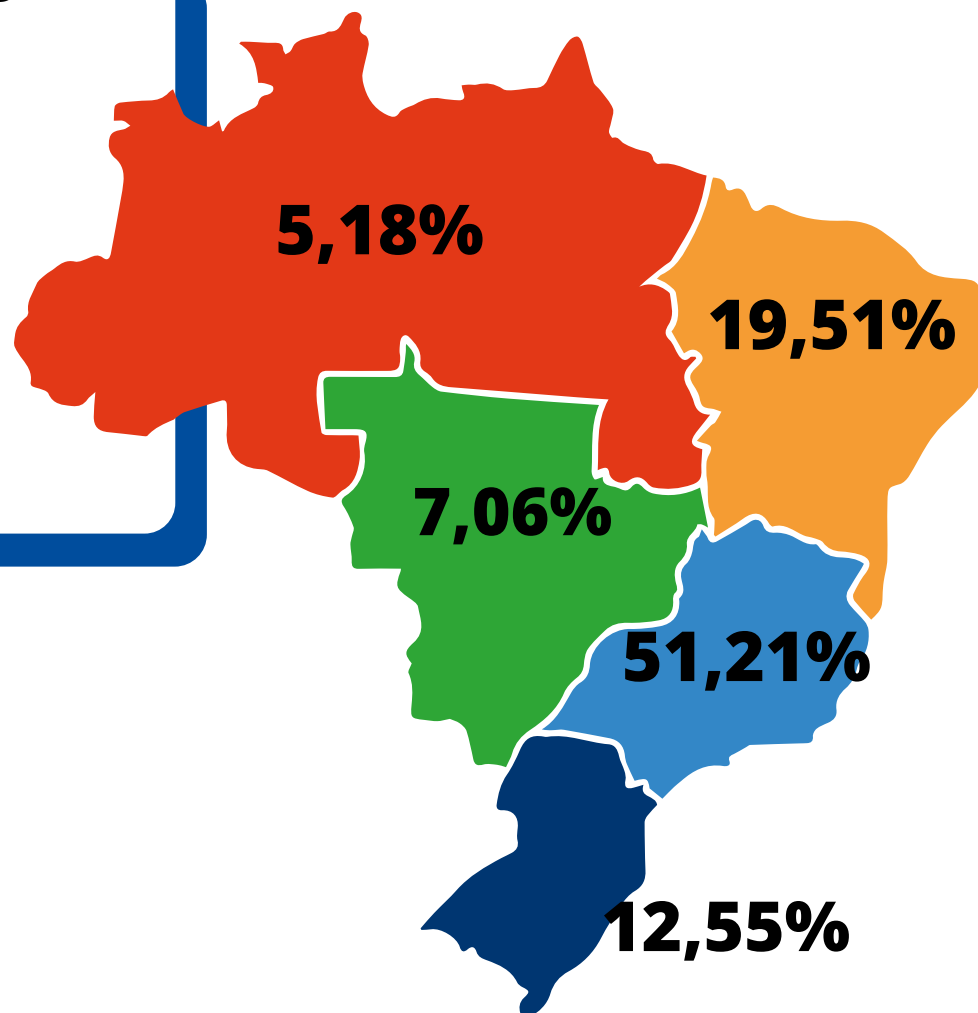
Centro-Oeste - TOTAL: 31.713

Nordeste - TOTAL: 87.485

Norte - TOTAL: 23.255

Sudeste - TOTAL: 229.632

Sul - TOTAL: 56.371



15. Enfrentamento à crise na Terra Indígena Yanomami • Roraima (RR)

Objetivo

Proteção integral de crianças e adolescentes; proteção à vida de lideranças ameaçadas; enfrentamento ao discurso de ódio contra indígenas da região.

O que já foi feito

1

Instituiu-se o Gabinete de Crise, envolvendo diferentes áreas da Pasta, com a finalidade de dar resposta intersetorial às violações de direitos humanos em curso.

2

Diagnóstico situacional e plano de ação, com medidas emergenciais, de médio e de longo prazo, que estão em implementação.

3

Acompanhamento por antropólogo especializado no povo Yanomami, a fim de assegurar o respeito e a adequação cultural de cada medida.

Enfrentamento à crise na Terra Indígena Yanomami

Parcerias com a Universidade Federal de Roraima (UFRR) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), totalizando investimento de

R\$2.160.000,00

UFRR - Implantação do Observatório de Direitos Humanos e Povos Indígenas no Instituto Insikiran

UFMG - Ações de proteção coletiva, no âmbito do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) e de formação em direitos humanos

AÇÕES EMERGENCIAIS (janeiro a julho de 2023)

- ✦ Diagnóstico situacional
- ✦ Articulação interinstitucional
- ✦ Articulação do Sistema de Garantia de Direitos de Roraima, para a construção de ações colaborativas de fortalecimento dos direitos e das políticas públicas de atendimento
- ✦ Atualização dos contextos de risco e a elaboração de planos de proteção individuais e/ou coletivos, e, ainda, quando necessário, a inclusão de defensores/as de direitos humanos no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas
- ✦ Monitoramento da atuação da Equipe Federal do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH)
- ✦ Monitoramento do cumprimento da decisão proferida na ADPF 709, do Supremo Tribunal Federal
- ✦ Monitoramento do cumprimento das medidas provisórias proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos

AÇÕES EM CURSO

- ◆ Plano Nacional de Proteção aos Defensores e Defensoras dos Direitos Humanos e do Anteprojeto de Lei substitutivo ao PL 4575/2009 (Lei que institui o PNPDDH)
- ◆ Aperfeiçoamento do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas, com adequações para atendimento a pessoas indígenas
- ◆ Tratamento de denúncias de trabalho escravo de indígenas e não indígenas
- ◆ Oferta de formação sobre saúde mental e direitos humanos, com conteúdo sobre interculturalidade e depoimento especial de vítimas de violência
- ◆ Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos de Roraima, para a estruturação de mecanismos de realização do depoimento especial e a escuta especializada de crianças Yanomami vítimas ou testemunhas de violência
- ◆ Implantação do Programa de Proteção da Criança e do Adolescente Ameaçado de Morte (PPCAAM) em Roraima
- ◆ Acompanhamento do processo de desintrusão do garimpo na Terra Indígena Yanomami, a fim de evitar e encaminhar eventuais violações de direitos humanos
- ◆ Projeto Promotores Indígenas de Direitos Humanos
- ◆ Formação continuada de profissionais do Sistema de Garantia de Direitos dos municípios que perpassam a Terra Indígena Yanomami
- ◆ Equipagem de Conselhos Tutelares dos oito municípios do entorno da Terra Indígena Yanomami, com pactuação de contrapartidas, por meio do EquipaDH+
- ◆ Enfrentamento a discursos de ódio contra povos indígenas em Roraima
- ◆ Oferta de formação sobre direitos humanos e abordagem intercultural para profissionais que atuam na Terra Indígena Yanomami, com foco em profissionais de saúde e educação

16. Enfrentamento ao Discurso de Ódio

O que já foi feito

- ◆ Instituição do Grupo de Trabalho para apresentação de estratégias de combate ao discurso de ódio e ao extremismo
- ◆ Relatório de Recomendações para o Enfrentamento ao Discurso de Ódio e ao Extremismo no Brasil
- ◆ Implementada a Operação Escola Segura, de combate à violência nas escolas, o Disque 100 passou a receber denúncias de possíveis ataques a instituições de ensino
- ◆ Parceria entre o Ciber Lab da Polícia Federal e a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos para o recebimento de denúncias de ameaças extremistas

O que será realizado até o final do ano

- ◆ Implementação de Escolas de Conselho, para formação continuada em direitos de crianças e adolescentes para os atores do sistema de garantia de direitos, com oferta de cerca de 20 mil vagas. Nove TEDs com universidades (em processamento), com investimento de R\$ 5 milhões
- ◆ Articulação e equipagem do Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes nos municípios atingidos por ataques
- ◆ Curso base sobre discurso de ódio e extremismo no Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos
- ◆ Pacto Nacional de Enfrentamento ao Discurso de Ódio no Brasil, com objetivo de mobilizar instituições públicas e privadas para que se comprometam com a não propagação do discurso de ódio

Enfrentamento ao Discurso de Ódio

- ◆ Criação de área dedicada ao tema do enfrentamento ao discurso de ódio no ObservaDH – Observatório Nacional dos Direitos Humanos
- ◆ Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Alana, para o desenvolvimento de um Plano de Atenção à Saúde Mental de crianças e adolescentes, com foco na proteção nos ambientes digitais

17. EquipaDH+

O programa possibilita a entrega adequada das políticas de direitos humanos, nos estados e municípios, além de favorecer o diálogo e a cooperação do Governo Federal com os demais entes federados

1. Serão beneficiados conselhos tutelares, conselhos estaduais e municipais de direitos, órgãos municipais e estaduais que atuam nas diversas pautas de direitos humanos
2. O EquipaDH+ foi desenhado a partir de iniciativas de equipagem implementadas no MDHC desde 2012, com aprimoramento dos mecanismos de governança; estruturação de um planejamento plurianual para a política; e racionalização de atividades da política, considerando o volume de doações
3. Lançamento: publicação de decreto de criação do programa prevista para dezembro de 2023

Estados onde o MDHC atuou

Roraima

Pará

São Paulo

Rio de Janeiro

Espírito Santo

Paraná

Rio Grande do Sul

Santa Catarina

Mato Grosso

**Distrito Federal/
Brasília**

Pernambuco

Ceará

Bahia

Paraíba

Sergipe



75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

- ◆ Realização do Encontro Nacional de Conselhos LGBT
- ◆ Mostra de Cinema de Direitos Humanos
- ◆ Lançamento das escolas de Conselhos Tutelares em vários estados, através de TEDs com universidade. Serão abertas 20 mil vagas
- ◆ Reparação de camponeses atingidos pela ditadura





MINISTÉRIO DOS
**DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA**

